

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve: Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, em anexo.

RENATO BURATTO
Desembargador Presidente do Tribunal

ANEXO
UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO / 2010 A AGOSTO / 2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total (c)=(a)+(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	885.638	12.744	898.382
Pessoal Ativo	732.311	12.338	744.649
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	0	0	0
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Adm. Direta)	0	0	0
Demais Despesas com Pessoal Ativo	732.311	12.338	744.649
Pessoal Inativo e Pensionistas	153.327	406	153.733
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	0	0	0
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Adm. Direta)	0	0	0
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	153.327	406	153.733
Outras Despesas Pessoal decorrentes de contratos terceirização (§ 1º do art.18 da LRF)	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	191.621	10.718	202.339
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	0	0	0
Despesas de Exercícios Anteriores	51.211	10.718	61.929
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	140.410	0	140.410
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)= (I - II)	694.017	2.026	696.043
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)			552.733.063
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV) x 100	0,125561%	0,000367%	0,125928%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,219360%		1.212.475
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,208392%		1.151.851

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira SIAFI e SECIN/TRT 15ª Região

Notas:

1. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64.

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

2. Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2097/2011 – TCU – Plenário, não foram incluídas:

a) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), sendo despesa liquidada R\$ 9.624 mil e despesa inscrita em Restos a Pagar não processados R\$ 316 mil;

b) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), sendo despesa liquidada R\$ 2.919 mil e despesa inscrita em Restos a Pagar não processados R\$ 315 mil.

3. Conforme determinação contida no Acórdão 346/2006 Plenário do TCU não foi incluído o valor de R\$ 3.095 mil referente a "Precatórios da Administração Indireta".

Adriana Martorano Amaral Corchetti
Ordenadora de Despesas com Pessoal

Evandro Luiz Michelon
Diretor-Geral de Coordenação Administrativa

Marco Antonio Fernandes
Responsável Controle Interno

Renato Buratto
Desembargador Presidente do Tribunal